

## **Estudo de capacidade de carga turística como ferramenta para o planejamento territorial do turismo no município de Saubara-Ba<sup>1</sup>**

Lirandina Gomes, professora do Curso de Turismo e hotelaria da UNEB e doutoranda em Geografia pela UFS.

Débora Lomba, turismóloga e pós-graduada em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades pela UNIFACS.

### 1. Introdução

O Município de Saubara, situado no entorno da Baía de Todos os Santos, apresenta-se como um dos principais municípios turísticos do Território de Identidade do Recôncavo Baiano, recebendo, na alta estação em média 40 mil pessoas no mês de dezembro e 15 mil por final de semana nos outros meses, de acordo com relato da Secretaria do Turismo e Meio Ambiente de Saubara. Esses visitantes, em sua maioria de classe média e baixa, são oriundos das cidades de Feira de Santana, Santo Amaro, Candeias, Dias D'Ávila, Salvador dentre outros e procuram as praias como espaço de lazer e descanso. Apesar disso, não há por parte dos poderes públicos estadual e municipal medidas de controle e fiscalização capazes de evitar a degradação das praias. O resultado é que, aos poucos, as condições sócio-ambientais vão se deteriorando, com reflexos negativos imprevisíveis para o futuro. Além disso, a atuação predatória dos visitantes tem reflexo direto na Baía de Todos os Santos, visto que a maior parte dos dejetos é lançada neste importante manancial baiano.

Considerando o contexto acima, este trabalho tem como objetivo mostrar a importância do estudo de capacidade de carga turística como ferramenta para o planejamento territorial do turismo no município de Saubara- BA. Para a elaboração deste estudo foi necessário realizar: pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo, entrevistas semi-estruturadas com moradores e visitantes, análise de material fotográfico.

O estudo da capacidade de carga para as praias do município de Saubara foi realizado com base em critérios objetivos e utilizou-se da melhor maneira possível os dados disponíveis. É importante destacar que a identificação, quantificação e

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida com o apoio da FAPESB e vinculada ao Projeto Saubara Sustentável desenvolvido pela UEFS.

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

qualificação dos diversos aspectos envolvidos na avaliação dos impactos sócio-ambientais na área requerem estudos mais aprofundados e detalhados. O que se espera é que o estudo de capacidade de carga promova uma série de benefícios tanto para o meio ambiente como para as comunidades locais e para o planejamento e gestão do turismo.

Vale salientar que esse estudo preliminar da capacidade de carga turística das praias de Saubara deverá subsidiar a tomada de decisões relativa ao planejamento e ordenamento territorial da área, contribuindo para uma melhor ocupação e uso desse espaço e a melhoria da qualidade ambiental.

## 2. Os impactos socioambientais do turismo

O crescimento exponencial do turismo de massa em áreas litorâneas com o segmento sol e praia têm trazido significativos impactos negativos a esses ambientes de elevado grau de vulnerabilidade ecológica constituindo um dos principais fatores de degradação e em muitos casos de destruição e até de perda de atratividade. Os desafios são imensos no sentido de compatibilizar os interesses econômicos, políticos e sociais com o desenvolvimento do turismo e com a conservação ambiental. Pois, os conflitos de interesses são visíveis e as variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, magnitude e origem diversas e interagem com outras variáveis (culturais, sociais e políticas) às vezes difíceis de mensurar.

O turismo de massa é apresentado pelos especialistas como aquele que mais tem contribuído para a destruição do meio ambiente. Nesse sentido, deve-se limitar e redirecionar esses fluxos para diferentes períodos do ano e para outros ambientes. Uma das alternativas apontadas pelos planejadores e estudiosos se refere a limitar esse fluxo de turistas em termos de capacidade de carga em diversas regiões do globo, pois são para as zonas costeiras, os lugares para onde convergem os maiores fluxos turísticos no mundo.

O turismo de massa se caracteriza pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano. A concentração desse fluxo é fortemente influenciada pela sazonalidade definida nos períodos do verão e férias escolares, se constituindo nos principais desafios para os planejadores e gestores do turismo. (Ruschmann, 1999).

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

Em geral, os estudos de capacidade de carga são realizados quando os espaços turísticos estão degradados tanto ambientalmente quanto socialmente, pois o turismo tem se caracterizado como uma atividade em que a prioridade é o lucro em curto prazo. A partir do momento que se detecta a necessidade de uma avaliação dos impactos já existentes, alguns fatores de avaliação tardia são considerados relevantes, muitas vezes difíceis de mensurar. São eles:

- Não se consegue diferenciar com precisão os problemas causados pelo turismo e de outras atividades econômicas;
- A prática turística se desenvolve de forma não planejada, sem haver uma qualificação do espaço tanto em termos de infraestrutura quanto em termos de ordenamento territorial e ambiental que assegure o crescimento sustentável da atividade.

Diante do exposto, deve-se considerar os seguintes fatores capazes de gerar benefícios para as áreas receptoras:

- ✓ Benefícios para a comunidade local, visitantes e o meio ambiente.
- ✓ Meio ecológico e físico.

Redução de níveis de impacto visual e congestionamento, de poluição da água, do ar e sonora; deve-se garantir a manutenção sem danos aos ecossistemas ou pelo menos com o mínimo de impacto e manter a conservação da natureza; conservação da paisagem incluindo a arquitetura local e a fauna e flora devem ser conservadas.

- ✓ Econômicos

Turista com bom nível de consumo; geração de emprego e renda à comunidade local, remuneração compatível com as funções exercidas e valor cobrado de acordo com o serviço oferecido.

- ✓ Sócio-culturais

O desenvolvimento do turismo não deve deteriorar o estilo de vida e as atividades normais da comunidade; o turismo deve ajudar a conservar o patrimônio cultural, as artes, costumes e tradições; o interesse e o respeito pela cultura local devem ser despertados no turista; deve-se garantir qualidade e originalidade para as artes e a gastronomia etc e deve haver receptividade pela comunidade local.

- ✓ Infraestrutura

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

A oferta de transporte público deve estar adequada às necessidades da população; deve haver boa disponibilidade de água, energia, telecomunicações, saneamento, segurança, educação e saúde para todos; o transporte, as rodovias e vias urbanas devem estar adequadas aos fluxos turísticos e deve haver serviços de apoio para os turistas como terminais turísticos com área para piquenique, banho, sanitário, descanso.

Como se pode observar para serem alcançados os benefícios nos espaços turísticos receptores, os agentes envolvidos na atividade turística devem contribuir com algumas ações de acordo com a sua função no espaço. Como exemplo, destaca-se o poder local com as seguintes responsabilidades: promoção de políticas públicas de meio ambiente e urbana, ordenamento do espaço para fluidez do turismo, dotação de infraestrutura urbana, além de fazer cumprir as leis necessárias ao ordenamento territorial e urbano.

Por sua vez o setor empresarial tem a responsabilidade de investir na infraestrutura turística como a hospedagem, alimentação, serviços de entretenimento e lazer, marketing e promoção, geração de empregos, pagamento de tributos e responsabilidade sócio-ambiental.

Já a comunidade local pode contribuir fornecendo mão de obra e a abertura de pequenos negócios para atender aos turistas, apresentar aos visitantes suas manifestações culturais como o artesanato, a gastronomia, suas tradições e costumes a fim de gerar renda para as famílias. Por outro lado, as atividades econômicas tradicionais devem ser preservadas e integradas à cadeia produtiva do turismo contribuindo para a diversificação e ampliação da renda.

Por fim os turistas como consumidores dos espaços turistificados devem contribuir para a sua conservação, limpeza e respeito às tradições e ao cotidiano das comunidades receptoras. Neste sentido, os turistas enquanto consumidores vorazes de paisagens e recursos naturais devem pagar taxas para o uso dos espaços que deverão ser constantemente qualificados e recuperados para assegurar a sua conservação.

No que se refere ao município de Saubara, observa-se que os benefícios que deveriam ser gerados pelo turismo não atendem nem a população local nem aos demais atores, pois, em pesquisa de campo, os entrevistados mostraram-se insatisfeitos com o desenvolvimento da atividade, segundo a qual tem trazido mais problemas e impactos negativos do que impactos positivos.

No que diz respeito ao meio físico e ecológico, os impactos são inaceitáveis, pois se verifica elevado índice de poluição das águas superficiais como rios, córregos,

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

lagoas e manguezais. A poluição sonora se constitui juntamente com a poluição das águas, um dos problemas mais graves que deve ser resolvido com urgência, já que tem comprometido a saúde e o bem – estar da população local, dos visitantes e turistas.

Com relação aos recursos hídricos, observa-se a degradação dos mananciais, essencialmente dos rios, riachos e córregos que deságuam nas praias. Esse processo vem sendo desencadeado pela retirada das matas ciliares, lançamento de esgotos, lixo e ocupação nas margens dos rios para a construção de edificações.

Do ponto de vista econômico, o turismo tornou-se uma atividade econômica importante para o município de Saubara, dinamizando outras atividades econômicas como a pesca, a maricultura, o artesanato e o comércio. O turismo também tem contribuído para a geração de renda na medida em que tem ampliado a comercialização de produtos locais como peixes, mariscos e o comércio de comidas e bebidas.

Com relação à empregabilidade, existe uma carência de mão-de-obra qualificada para ocupar os postos de trabalho, bem como se constata um desinteresse da população local em trabalhar nos empreendimentos turísticos como jardineiros, camareiras, cozinheiras, faxineiras entre outros. Estes preferem continuar desenvolvendo atividades tradicionais e relacionadas ao comércio informal, em vez de tornarem-se assalariados, de acordo com o relato de alguns empresários do ramo hoteleiro. Deve-se ressaltar que a atividade turística se caracteriza pela sazonalidade concentrando-se principalmente no verão, feriados e finais de semana, o que implica numa instabilidade econômica para aqueles que dela dependem, sendo importante buscar a diversificação econômica evitando assim, a especialização em apenas uma atividade.

No que se refere aos impactos socioculturais decorrentes do turismo no município de Saubara, verifica-se uma degradação no estilo de vida da comunidade local alterando o comportamento, os hábitos e os valores tradicionais. Conforme relato da comunidade local aumentou significativamente o consumo de drogas, bebidas alcoólicas, doenças sexualmente transmitidas (DST) e prostituição. Foi relatado, ainda, a alteração da rotina local desencadeada pela movimentação excessiva de carros, ônibus e motocicletas ocasionado congestionamento do tráfego, bem como gerando poluição sonora.

O fluxo excessivo de visitantes, turistas e veranistas têm ocasionado uma elevada densificação e concentração na área urbana com edificações de baixa qualidade, assim como foi verificada a poluição sonora decorrente do som dos automóveis concentrados principalmente nas ruas, bares e praias, especialmente em Cabuçu. Esse

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

processo tem gerado conflitos entre visitantes, turistas e moradores, bem como *stress* social e ambiental, comprometendo a experiência dos turistas e a qualidade de vida dos moradores.

No que se refere à infraestrutura foi constatado a precariedade dos serviços oferecidos, pois estes não atendem as demandas da população local e da população flutuante. Isso foi relatado pelos moradores locais, veranistas e turistas ao afirmarem que na alta estação ocorre frequentemente a falta de água potável, energia elétrica, segurança e coleta de lixo. Isso corrobora para a insatisfação dos moradores, veranistas e turistas que tem que conviver com a presença de insetos e roedores, afetando a saúde pública, gerando a degradação paisagística e urbana comprometendo a imagem do lugar e o bem-estar da população. Verificou-se também a ausência de sinalização turística em toda extensão das praias, segurança para os banhistas (salva-mar) e apoio de serviços turísticos como sanitários, áreas para banho, cestas para coleta de lixo.

Esses fatores concorrem para a construção de uma imagem negativa do lugar, o que tem atraído principalmente um tipo de visitante de baixo poder aquisitivo e altamente predatório, caracterizado como turismo de massa de baixa qualidade. O tipo de visitantes que frequenta as praias do município de Saubara é predominantemente realizado por uma clientela definida como excursionistas, ou seja, pessoas que permanecem na área menos de 24 horas e não exerce nenhum tipo de atividade remunerada. Esses excursionistas são oriundos dos municípios mais próximos como Feira de Santana, Santo Amaro, Candeias, Dias D'Ávila, Salvador dentre outros.

### 3. Estudo de capacidade de carga das praias do município de Saubara

O estudo de capacidade de carga turística tem origem nos anos 50, nos Estados Unidos, onde já naquela época se verificava uma grande visitação nos parques nacionais. Naquele primeiro momento, considerava-se apenas o número de visitantes que um local poderia receber. A expectativa da experiência e o comportamento do público não eram levados em consideração nas pesquisas. O crescimento do turismo de massa no litoral mediterrâneo, nos parques nacionais da África e outras regiões do planeta levaram os estudiosos a se preocuparem com os impactos do turismo no meio ambiente.

Nos anos de 1980 e 1990 há uma preocupação com a degradação de muitos

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

destinos turísticos que foram ameaçados pela visitação turística e a ausência de ordenamento e controle de fluxos turísticos (a exemplo da Costa Ibérica e das Ilhas do Mediterrâneo). Nesse sentido foram desenvolvidos conceitos e metodologias para controlar e monitorar as atividades relacionadas com o turismo e os seus efeitos no meio ambiente e nas comunidades receptoras. Dentre esses, destacamos os seguintes:

- Capacidade de carga como sendo “o número máximo de visitantes por dia/ mês/ ano que uma área pode suportar antes que ocorra alterações no meio físico e social” (Elizabeth Boo, 1990).
- Leno Cerro citado por Pires 2001 diz que é necessário impor limites para as atividades turísticas para não haver um aumento dos riscos de saturação do equipamento turístico, redução da qualidade da visita e degradação do meio ambiente.

O estudo de capacidade de carga não deve ser tomado apenas como uma metodologia para controle de visitantes em atrativos naturais. É fundamental que todos os serviços de apoio ao turismo (hospedagens, alimentação, transportes etc) e a própria infraestrutura básica do local estejam preparados para receber o fluxo de turista indicado. Qualquer estudo de manejo e visitação deve estar inter-relacionado com os componentes do produto turístico. Não basta apenas relacionar o número de visitantes com o área disponível é preciso também dimensionar o número de turistas em relação à oferta de serviços principalmente em relação aos meios de hospedagem, que em alguns destinos são utilizados para controlar a demanda.

O ideal é que o estudo de capacidade de carga seja desenvolvido em locais ainda não explorados pelo turismo, evitando assim, os efeitos negativos da saturação e do declínio do destino. Contudo, a prática nos mostra que a maioria dos estudos de capacidade de carga foi aplicada em espaços turísticos onde a atividade já estava consolidada ou em estado de degradação.

Segundo a metodologia de Cifuentes (1984) alguns padrões de ocupação de superfície são estabelecidos:

Trilha: uma pessoa ocupa 1 metro linear de trilha que tenham até 2 metros de largura;

Praia: uma pessoa ocupa em termos ideais 15 metros quadrados. No mínimo esta área deve ser de 5 metros quadrados a fim de garantir a qualidade da visitação;

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

Bosque: uma pessoa ocupa em termos ideais 40 metros quadrados. No mínimo esta área deve ser de 20 metros quadrados.

O Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR - elaborou na década de 70 o projeto Turis, que teve, entre outros objetivos, estabelecer parâmetros sobre a densificação da utilização das praias. De acordo com o projeto, adotou-se o estudo de três densidades de ocupação para cada uma das categorias vocacionais:

Categoria a – acima de 15 m<sup>2</sup>/ banhista. Praias com baixa densidade de ocupação, geralmente utilizada para locais que deverão receber equipamentos de alta categoria. Trata-se de praias comumente de porte pequeno e beleza intensa.

Categoria b – de 6 a 15 m<sup>2</sup>/ banhista. Densidade ocupacional média permitindo maior flexibilidade na ocupação da área contígua.

Categoria c – até 5 m<sup>2</sup>/ banhista. São praias destinadas à ocupação em massa. Possuem extensões médias e estão geralmente localizadas nas proximidades dos grandes centros urbanos (EMBRATUR, 1975).

Ruschmann et al ( 2008) *apud* Bound-Bovy e Lawson (1977) recomendam 20 m<sup>2</sup> de praia por pessoa numa praia, considerando, nesta medida, a largura média de 50 m, que incluem a área para banho, a faixa de areia e a faixa de vegetação e áreas verdes, onde se localizam os restaurantes, quiosques e terraços utilizados pelos visitantes.

Pereira da Silva (2002), em estudo que visa subsidiar a determinação da capacidade de carga em praias do litoral atlântico português, define 4 categorias de densidade em praias:

7 a – 10 m<sup>2</sup> por usuário: densidade muito elevada, típico de praias urbanas, com grande pressão de utilização.

10 a – 15 m<sup>2</sup>: densidade elevada, característica de praias próximas a centros urbanos, com fácil acesso.

15 a – 20 m<sup>2</sup>: densidade moderada, característica de praias a maior distância de centros urbanos, com pouca infraestrutura.

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

20 a – 30 m<sup>2</sup>: densidade reduzida, típica de praias isoladas, sem nenhuma infraestrutura de visitação.

Segundo os dados da Secretária de Turismo e Meio Ambiente do município de Saubara (2010), o município possui uma faixa litorânea aproximada de 16 km de praias, são elas: Praia da Ponta de Saubara, Praia do Porto, Praia do Sol, Praia do Recreio de Cabuçu, Praia de Pedras Altas, Praias de Bom Jesus dos Pobres, Praia da Bica e Praia de Araripe.

O número de visitantes na alta estação é em média de 40 mil pessoas no mês de dezembro e 15 mil por final de semana nos outros meses. Com relação ao número de excursionistas e veranistas no mesmo período, este está em torno de 7 a 10.000 pessoas. O número de ônibus é estimado em 100 ônibus por final de semana e feriados e é cobrada uma taxa de 20 reais para utilização do estacionamento.

Considerando os parâmetros de densificação e de utilização das praias estabelecidos pela Embratur (1975a), as praias de Saubara se enquadram na categoria B- até 15 m<sup>2</sup>/banhista. São praias destinadas à ocupação em massa, com elevadas taxas de densidade e estão geralmente localizadas nas proximidades dos grandes centros urbanos. Contudo, deve-se ressaltar que em praias com pequena extensão essa densidade chega a 3m<sup>2</sup>/banhista, a exemplo das praias de Cabuçu e Bom Jesus dos Pobres, onde existe a maior concentração de barracas. Essa distribuição espacial não é homogênea para todos os setores das praias, existindo dois fatores que explicam a alta e baixa densidade de ocupação. No primeiro caso a maior concentração de barracas com som alto e espaço para as festas e o fácil acesso, no segundo caso, aquelas praias que tem acesso mais difícil e menor presença de barracas e a densidade de ocupação diminui podendo chegar até 15 m<sup>2</sup>/banhista, a exemplo das praias de Araripe.

#### 4. Considerações Finais

Diante do estudo, verificou-se que a inexistência e a precariedade de infraestrutura básica e turística são fatores que contribuem para a degradação sócio-ambiental das praias. As praias devem ser qualificadas para receber o número de moradores e visitantes que utilizam intensivamente como forma de lazer e recreação. Além disso, é necessário controle e fiscalização e orientação pelos órgãos competentes

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

no sentido de implementar medidas e desenvolver uma nova postura e uma atitude responsável nos diferentes tipos de usuários que freqüentam a área.

Torna-se imprescindível ordenar o uso das praias considerando os fatores biofísicos como (solo, topografia, vegetação e recursos hídricos para determinar espaços para diferentes tipos de uso tais como: esportes, contemplação, festas, piquenique, barracas entre outros utilizando de forma sustentável a vocação de cada praia e atendendo na medida do possível as demandas dos usuários.

O fato que merece ser avaliado é a forma de acesso as praias que ocorre tão somente pela BA- 878 contribuindo para congestionamentos e elevado *stress* ambiental e social. Nesse sentido deve-se buscar outra forma de acesso ao município ou limitar o fluxo de ônibus que dão acesso às praias, construindo um terminal turístico com estacionamento para este tipo de veículo. O fluxo excessivo de ônibus e *vans* provoca congestionamento nos núcleos urbanos, para tanto necessita fiscalizar e ordenar o tráfego.

Foram detectados 5 fatores críticos para determinar possíveis restrições à utilização do local do ponto de vista da infraestrutura e da gestão:

- a) Precariedade de água para abastecimento;
- b) Precariedade de coleta e tratamento de esgoto;
- c) Precariedade de serviços de coleta de lixo;
- d) Precariedade de áreas para estacionamento;
- e) Precariedade relativa à segurança patrimonial e pessoal.

Considera-se que muito deve ser feito no município de Saubara no que tange ao ordenamento territorial, urbano e ao planejamento e gestão do turismo. Vale ressaltar que é responsabilidade de todos os atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento turístico do município a decisão de implantar uma proposta que implique em mudanças no uso do solo e controle, fiscalização e cumprimento das leis. Urge, portanto, a elaboração de um Plano de ordenamento Territorial, Ambiental e Turístico para o município de Saubara que contemple de forma integrada as dimensões

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

sócio-ambiental, econômica e cultural que busque conciliar um desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e a justiça social.

5. Referências

BOO, E. **Ecoturismo: potenciales y escollos**. Washington, D.C: WWF/Conservation Foundation, 1990.

CIFUENTES et al. **Capacidad de Carga Turística de las Áreas de Uso Público del Monumento Nacional Guayabo, Costa Rica**. WWF Centroamérica, 1984.

EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo. Turis: **Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos**. Rio de Janeiro: Embratur, 1975 a.

INSTITUTO THEOROS. **Estudo de capacidade de carga turística**. São Paulo, 2004. Senac.

PEREIRA DA SILVA, C. **Beach carrying capacity assessment: How important is it?** North Ireland: Journal of Coastal Research, Special Issue 36, 2002

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. São Paulo, 1999. Papyrus

RUSCHMANN, Doris, et al. **Capacidade de Carga no Planejamento Turístico; Estudo de Caso da Praia Brava – Itajaí frente a Implantação do Complexo Turístico Habitacional Canto da Brava**. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/view/102/142> acessado no dia 22 de maio de 2011.